

Munhoz de Omena, Luciane

*A fabricação da plebe sob a perspectiva de
Sêneca*

Stylos N° 14, 2005

Este documento está disponible en la Biblioteca Digital de la Universidad Católica Argentina, repositorio institucional desarrollado por la Biblioteca Central "San Benito Abad". Su objetivo es difundir y preservar la producción intelectual de la Institución.

La Biblioteca posee la autorización del autor para su divulgación en línea.

Cómo citar el documento:

Munhoz de Omena, Luciane. "A fabricação da plebe sob a perspectiva de S´neca". [en línea], *Stylos*, 14 (2005).
Disponible en: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/fabricacao-plebe-sob-seneca.pdf> [Fecha de consulta:.....]

A FABRICAÇÃO DA PLEBE SOB A PERSPECTIVA DE SÊNECA*

LUCIANE MUNHOZ DE OMENA**

I. A POTESTAS SENEQUIANA

O poder político no Império Romano no período de vida e morte de Sêneca – 4 a.C. a 65 d.C. – estava estruturado na concentração de poder *in manu principis*. Havia um esforço administrativo direcionado a uma maior centralização, quer dizer, o *princeps* passou a acumular todos os poderes, embora existissem os órgãos da República.

Essa política de autonomia não liquidou a negociação do soberano com os setores da elite e nem com os setores subalternos. O poder Imperial, embora fosse centralizado,

não era absoluto, mas, em grande medida, delegado e compartilhado. O próprio Senado era um parceiro importante, que por mais centralizado que fosse detinha o poder, mesmo que subordinado, tanto como instituição, com suas atribuições específicas, quanto como poder individual de seus membros que monopolizavam as principais magistraturas civis e militares do Império (GUARINELLO & JOLY: 2001: 137)¹.

* Utilizamos o conceito de fabricação – da imagem de Luís XIV - estudado por Peter Burke. A palavra designa um processo, e “sugere a importância dos efeitos dos meios de comunicação no mundo, a importância do que foi chamado de ‘a feitura de um grande homem’ ou a ‘construção simbólica da autoridade’” (BURKE: 1994: 22). Colocarei, em evidência, o retrato, a imagem e o processo pelo qual Sêneca – em obras como *De Clementia*, *Epistulae Morales* e *Diui Claudii Apocolocyntosis* - projetou o poder do *princeps* e sua correlação com a plebe.

** Doutoranda no programa de pós-graduação em História Social/FFLCH da Universidade de São Paulo.

¹ No Principado, segundo M. I. Finley, a política compreendida como “a solicitação de votos, a persuasão, a troca de serviços, de recompensas e benesses, as alianças e acordos”, teria sido eliminada. Prevaleceria o “princípio de que (‘o que o imperador decide tem força de estatuto’), mesmo que apenas em espírito, haverá governo de antecâmara, não de câmara, e, portanto, não

Autores como Tácito (*Anais*) indicam uma rede complexa de intrigas, oposições que ocorriam em um âmbito individual ou em grupos sociais – “uns mais, outros menos organizados, com distintos graus de influência política e diferentes instrumentos de manifestação” (GUARINELLO & JOLY: 2001: 137) - que influíam na queda e imposição de outro imperador.

A fabricação da *potestas* em Sêneca circunscrevia um elemento imprescindível, a centralização política. Esta era dada, primeiramente, pela simbolização sagrada que correspondia ao fato de o *princeps* ser retratado como o representante dos deuses na terra (*De Clem.* Pr. 1, 2). Era o reconhecimento de que governantes e deuses possuíam propriedades semelhantes, e como tal, refletia a distância entre o rei e os súditos, levando-se em consideração, a associação de poderes superiores à pessoa real e sua própria legitimidade (BALANDIER, 1969; GEERTZ, 1997; OMENA: 2004)².

se praticará política no sentido que lhe atribuo” (FINLEY: 1985: 68/69). Esta proposta influenciou a chamada Escola de Cambridge (termo utilizado pelo professor Faversani), que buscou interpretar a Antiguidade Clássica através de elementos que explicitassem as interações sociais pessoais entre os agentes.

Os laços sociais envolviam indivíduos de níveis sociais diversificados. Havia uma troca entre agentes mais próximos do centro do poder e entre aqueles mais afastados dele, tendo por objetivo intermediar recursos com as relações pessoais. O soberano, então, em virtude de sua posição controlaria o acesso aos benefícios do sistema, i.e., a sociedade romana, para Wallace-Hadril, seria assim, a capacidade de inserção de indivíduos na corte e, em consequência, sua maior ou menor proximidade com o imperador (WALLACE-HADRIL: 1990: 289).

As análises interacionais limitam, sobretudo, a participação dos setores subalternos. Afastados do centro do poder não teriam nada a oferecer, principalmente, pelo fato de as trocas entre os agentes ocorrerem sempre no seio da elite ou entre os mais ricos com os menos ricos. Cloud sugere o seguinte quadro: “Há evidências suficientes para mostrar que Roma não era diferente de muitas outras sociedades ao excluir os que eram muito pobres das relações cliente-patrono; ainda que a relação fosse assimétrica, o cliente tinha que estar apto a contribuir com algo e, sob o Império, os cidadãos muito pobres não tinham nem o voto a oferecer” (CLOUD: 1990: 210).

² Temos uma excelente discussão realizada por E. Kantorowicz – *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval* – sobre as vicissitudes do carisma de monarcas no mundo ocidental em um período de duzentos anos. O rei era visto em “um estado de ‘perfeição absoluta’ sobre-humana dessa *persona ficta real*” (KANTOROWICZ: 1998: 18). Havia, sobretudo, uma diferenciação entre o Corpo natural e o Corpo político. Este “é um corpo que não pode ser visto ou tocado, composto de Política e Governo, e constituído para a Condução do Povo e a Administração do bem estar público, e esse Corpo é extremamente vazio de Infância e Velhice e de outros defeitos e Imbecilidades naturais, a que o Corpo natural está sujeito, e, devido a esta Causa, o que o rei faz em seu Corpo político não pode ser invalidado ou frustrado por

Além da sacralização, o filósofo associava o soberano à clemência. Considerada um atributo de quem estivesse em algum posto de comando, determinava, portanto, a relação entre um superior e um inferior. Este era subjugado ao poder daquele, daí a clemência não ser condicionada por uma lei. O benefício tornava-se, igualmente, evidente. Na concepção de Sêneca, embora qualquer cidadão pudesse obtê-la, “a clemência não convém a ninguém mais do que ao rei e ao príncipe³. Assim, são grandes as forças do decoro e das glórias, se o poder for saudável para elas, pois se prevalecer do poder para prejudicar é força maligna” (*De Clem.* III, 1, 3)⁴.

Dentro desta perspectiva senequiana, o imperador tirânico provocava “um temor permanente, não só agudo, mas que leva a extremos, incita os prostrados à audácia e persuade-os a recorrer a tudo” (*De Clem.* III, X, 4); embora possuísse um poder sem fronteiras - tinha em suas mãos o direito de vida e morte dos cidadãos - não podia corromper-se na violência com ações como as de Cláudio que “no espaço de cinco anos, mandou costurar, mais pessoas que se tinha costurado em todos os séculos da história” (*De Clem.* III, XXI, 1 e *Apoc.* XI, 5)⁵.

qualquer incapacidade em seu Corpo natural” (KANTOROWICZ: 1998: 21).

³ Sêneca utilizava, indiscriminadamente, os títulos *princeps* e *rex*. Como observava Griffin, não se tratava de um descuido de Sêneca, mas uma finalidade maior, quer dizer, pretendia aplicar ao seu *princeps* o ideal de virtude consolidada pelos tratados helênicos sobre a realza. Segundo estes tratados, as condições do governo não dependiam das formas da constituição de um estado, nem de limitações da lei, mas dependiam do caráter do seu soberano. Como o poder do soberano era absoluto, um bom ou mau governo dependeria das boas ou das más qualidades do soberano (GRIFFIN: 1976: 146-149).

⁴ A clemência era interpretada dentro de um modelo político por ser considerada uma virtude do governante. Isto se devia ao fato de Júlio César, durante as guerras civis, na Gália, ter tratado algumas tribos com respeito e outras com severidade, por não cumprirem os laços de fidelidade. Aproveitando-se da fama de ser generoso, César oferecia postos de honra a inimigos vencidos. Segundo Braren, o general “exerceu um tipo de Clemência que é, ao mesmo tempo, meio para obter vitória e revelação de uma virtude pessoal inteiramente sua. Assim, as guerras civis deram ensejo para que a *clementia* fosse transferida dos limites da política externa para a política interna” (BRAREN: 1985: 61). C’ra para consulta: VIZENTIN: 2001.

⁵ O imperador Cláudio, na concepção de Sêneca, foi um *exemplum* de despotismo. Na *Apocolocyntosis* – transformação em abóbora ou apoteose de um idiota – através do personagem Augusto, condena-o por assassinar seus próprios familiares. Citemos *in extenso*: “o sogro Apio Silano, dois genros – Magno Pompeu e Lúcio Silano; o sogro da filha – Crasso Frugi, com quem se parecia como se parecem dois ovos; Escribônia, sogra de sua filha; a própria mulher, Messalina; e todos os outros que não foi possível contar” (*Apoc.* XI, 5).

Qual seria a postura plausível para o imperador? Relacionar-se com seu povo para estabelecer um estado de liberdade e justiça. Conduzido pela sensatez, afastaria a nefanda ostentação do poder pelo terror (*De Clem.* Pr. I, 3), agiria como se tivesse que “prestar contas às leis” (*De Clem.* Pr. I, 4). Aos olhos de Sêneca, “*engana-se, pois, quem julga que é seguro ser rei quando nada é assegurado para o rei. A segurança deve ser pactuada através da segurança recíproca*” (*De Clem.* III, XVII, 5).

Sêneca percebia a fragilidade do poder, especialmente, em ações tirânicas. A crueldade aumentava o número de inimigos, pois ao suprimi-los “*os pais e os filhos, os parentes e os amigos dos que foram mortos tomam o lugar de cada uma das vítimas*” (*De Clem.* III, VI, 7).

De acordo com o filósofo, mesmo um escravo, uma serpente ou uma flecha poderia matar um rei (*De Clem.* III, XIX, 1).

O *princeps*, estando no centro das interações sociais, não poderia incorrer em equívocos, pois “*esta imensa multidão, reunida em torno de um só ser vivente, governada pelo seu espírito, dobrada pela sua razão, será oprimida e despedaçada pelas suas próprias forças se não for sustentada pela sabedoria*” (*De Clem.* III, I, 5). Dele dependia a paz e o equilíbrio do Império, caso contrário, essa grande unidade seria desfalecida e o cidadão conviveria na desordem.

II. A PLEBS E O PRINCEPS

Conhecemos o universo da plebe, sobretudo, por um viés elitizado. Sêneca, membro da aristocracia, retratava a plebe como sendo uma *multitudo* inconstante e irracional. O filósofo mantinha um profundo desprezo e a classificava por contraposição à elite (ordem senatorial, equestre, corte e era identificada por nomes: Crasso, Catão, Julio César, Pompeu etc.), enquanto o *vulgus* era retratado pelo anonimato e, por vezes, adjetivado como *sordida plebs, imperita multitudo e credulum vulgus*⁶.

⁶ O liberto, todavia, era um caso particular em Sêneca, pois não era classificado como um elemento da plebe. Citemos *in extenso*: “qualquer um se considera pobre e mesquinho se as suas paredes não resplandecem com grandes e preciosas incrustações (...) E, por enquanto, até estou falando das canalizações da plebe: que não dizer quando me referir aos balneários dos

A plebe exercia, igualmente, ofícios como o artesanato, comércio, cabeleireiro, cafetão, porteiro, taberneiros entre outros, que eram desenvolvidos por escravos, cidadãos ricos ou pobres. Não eram atividades, consideradas por Sêneca, honrosas, pois não possibilitavam, assim como o estudo da filosofia, o engrandecimento da alma por meio da virtuosidade. Tínhamos, nestes ofícios, mais do que um desprezo e sim um retrato de como a plebe vivia em seu cotidiano, mantendo-se de atividades rendosas e não sobrevivendo apenas de pão e circo. Visão estereotipada que foi construída ao longo da História⁷. Sêneca relatava, desde os vendedores de salsichas nos balneários, pequenos comerciantes, ao comércio de iguarias suntuosas que eram destinadas à aristocracia romana (*Ad Paulinum de Brevitate Vitae, De Constantia Sapientis, De Providentia, Epistulae Morales*).

Como podemos compreender, então, se essa massa era retratada como sendo “as pessoas mais vis” (*De Providentia* V, 4) e, ao mesmo tempo, expressavam expectativas, opiniões e, com isso, influenciavam, mesmo indiretamente, as ações políticas do *Imperator*?

Essa interação, em um primeiro momento, tornava-se, para Sêneca, legítima pelo fato de o homem viver em sociedade. Como não conseguiria imaginar-se fora do núcleo social, criava estratégias de sobrevivência que privilegiavam o compartilhamento de valores. Para ele:

Não é possível alguém viver feliz se apenas se preocupar consigo, se reduzir tudo às suas próprias conveniências: tem de viver para os outros quem quiser viver para si mesmo. A convivência – observada com nobre e contínuo empenho – que nos insere como homens entre outros homens e

libertos”! (*Ep. Mor.* 86, 6-7-8).

⁷ Era reproduzido, quase num consenso absoluto, que a plebe vivia à margem da sociedade e sustentada pela elite. Alföldy, por exemplo, desenhava uma *plebs urbana* rodeada de divertimentos e benefícios proporcionados pelas doações de cidadãos ricos. Para ele, relevante era igualmente o fato de a *plebs urbana* de Roma ser regularmente abastecida de cereais pelo imperador e nas restantes cidades por particulares ricos. As possibilidades que as cidades ofereciam de divertimentos, especialmente, nos anfiteatros, circos e teatros, financiados pelo imperador de Roma e pelos cidadãos ricos de outras cidades (ALFÖLDY: 1987: 150). A *plebs* era vista, portanto, como uma multidão de analfabetos, vivendo das redistribuições promovidas pelos ricos e pelo Estado, i. e., eram percebidos como uma massa grosseira controlada pela elite por meio de sua política do *Panem et Circenses* (GAGÉ; ROSTOVITZEFF; VEYNE, WALLACE-HADRIL, 1964, 1967, 1976, 1990).

admite a existência de algo comum a todo o gênero humano, é da maior importância (*Ep. Mor.* XLVIII, 2/3).

A partir do compartilhamento de valores sociais, evidenciava-se, igualmente, a necessidade do soberano sustentar-se pela popularidade e pelo apoio do *populus*. A manutenção de sua *potestas* deveria ser negociada e, isto incluía, elementos tanto da aristocracia, quanto dos setores subalternos. A auto-sustentação de qualquer governante, como sugeriu o antropólogo Geertz, derivava do carisma pelo fato “de atrair um determinado número de pessoas com o brilho de sua personalidade” (GEERTZ: 1987: 183), pois pertencia ao centro, e, por esta razão, tornava-se imprescindível à sociedade. Não era sem razão, que Sêneca exortava a magnificência e a aproximação do *imperator* aos seus subordinados. Vejamos: “*afável de conversa, fácil à aproximação e ao acesso, com fisionomia que cativa, sobretudo as massas, amável, propenso às petições legítimas (...) ele é amado, defendido e respeitado pela nação inteira*” (*De Clem.* III, XI, 4)⁸.

O filósofo da *stoa*, nesse sentido, compreendia a importância da plebe para a estabilização e segurança do *princeps*, aconselhava Nero a cativar, sobretudo às massas (*De Clem.* III, XI, 4). Sabia que todos esperavam o seu quinhão, desde os poderosos até os insignificantes, pois “*cada um sente e espera menor ou maior bem de acordo com a porção de sua sorte*” (*De Clem.* Pr. I, 9).

A opinião pública era uma poderosa arma para destruir o poder de alguém. Daí a atenção de Sêneca com as exigências da *multitudo*⁹. Ele escreveu da seguinte forma:

⁸A manutenção do poder requereria um conjunto de responsabilidades e obrigações do governante, entre as quais, assegurar a paz e a prosperidade dos homens. Para Sêneca, o soberano sábio “*jámais se compadecerá, mas socorrerá e será útil. Nasceu para a assistência comum e para o bem público, do qual dará a cada um a sua parte*” (*De Clem.* II, IV, 3). Em nome do bem público e de um estado de segurança o filósofo justificava a legalidade e, por consequência, a existência do poder. Sêneca pensava o seguinte quadro: “*é a sua própria preservação que os homens amam quando conduzem legiões, às dezenas, à batalha a favor de um só homem, quando acorrem às primeiras linhas de frente e apresentam o peito aos ferimentos para não deixar retroceder as insígnias de seu imperador*” (*De Clem.* III, II, 1).

⁹ O imperador utilizava a paz, a prosperidade, à idéia de unidade imperial como ícones de propaganda. Esta era definida por “um conjunto de símbolos, idéias e imagens que eram divulgadas no território imperial, mediante a utilização de vários suportes, formando em seu conjunto a imagética imperial (...) o *princeps* dependia de uma adesão mínima dos soldados, das elites das províncias e dos membros da plebe de Roma” (GONÇALVES: 2002: 13/14).

“*não fazer qualquer coisa para a qual viesse a desejar o perdão da opinião pública, o juiz mais imparcial dos príncipes*” (*Ad Marciam de Consolatione* IV, 3). Em outro momento, “*é indubitável que aquele que despreza os ataques que partem da multidão se coloca mais alto do que ela*” (*De Ira* III, XXV, 3). Esta relação contraditória com a opinião do vulgo era resultado da incapacidade de Sêneca em compreender como essa *multitudo*, composta por indivíduos pouco cultivados, desinteressados e vulgares, age ou não de forma conjunta (FAVERSANI: 2000: 143).

Em Roma, a multidão, de modo geral, expressava a sua cólera destruindo monumentos, estátuas e até mesmo prédios públicos e, ao mesmo tempo, as ruas estreitas e os edifícios altos dificultavam a supressão dos motins (BRUNT: 1981: 96). Nero, quando decidiu separar-se de Otávia – filha de Cláudio – para casar-se com Popéia, ocasionou insatisfação entre a população de Roma. A plebe derrubou as estátuas da pretendente e aquelas da esposa eram carregadas nos braços pela *plebs* (Tácito, *Anais*, 61)¹⁰.

A plebe, neste mesmo Principado, armada com paus e pedras, revoltava-se com a decisão do Senado em condenar quatrocentos escravos pelo fato de um ter assassinado o seu senhor, Pedânio Segundo. Colocava-se em vigor um velho costume transformado em lei sob Augusto, isto é, executam-se todos os escravos que viviam sob o mesmo teto do assassino (TÁCITO, *Anais*, XIV, 44). Há, concomitantemente, manifestações que não eram concebidas por um caráter violento. Temos, por exemplo, no período de Augusto, que a falta de alimentos provocava veementes discussões ocorridas nas ruas, embora não tenha ocorrido quebra-quebra.

Sêneca compreendia que os indivíduos em constante necessidade não aceitavam e nem compreendiam as crises de abastecimento. Como retratava para o prefeito da anona: “*Tu lidas com o ventre dos homens! O povo esfaimado não dá ouvidos à*

¹⁰ Como afirmaram Guarinello e Joly, “talvez possamos ver, aí, em jogo, a própria legitimidade dinástica do imperador. Críticas aos meios adotados pelo imperador são perceptíveis, igualmente, nos grafites políticos que se espalharam em Roma, sem que possamos datá-los, acusando-o de matricida ou censurando a extensão que tomava o palácio de Nero, sua Casa de Ouro” (GUARINELLO & JOLY: 2001: 142). Em Pompéia, como propôs Funari, os grafites expressavam relações humorísticas que podiam ser vistas como produtos de relações de poder e de contestação. Para ele, os grafites estavam divididos em dois grandes grupos: “aqueles que criticavam indivíduos e os grupos sociais em que se situam e aqueles, de caráter sexual, que se referem às relações de poder, em um contexto de oposição entre homens e homens, e entre homens e mulheres” (FUNARI: 2001: 130).

razão, não se aplaca pela moderação, nem se dobra a nenhum argumento” (Ad Paulinum de Brevitate Vitae XVIII, 5).

Além da diminuição de alimentos que gerava descontrole, temos, igualmente, reivindicações pelos divertimentos públicos, pela crise de habitações – provocadas pelos incêndios, pelas inundações do Tibre, a cobrança rigorosa de impostos, o aumento dos preços dos alugueis, provocavam uma grande insatisfação popular.

O soberano utilizava os espetáculos oficiais para obter apoio da plebe, pois os jogos desempenhavam funções político-sociais. Era promovido tanto pelo imperador quanto pelos magistrados e considerados instrumentos de controle sobre as massas urbanas. A platéia podia, no entanto, apoiar as autoridades como fazer reivindicações de diversas ordens aos promotores presentes. Daí a relevância de sua participação no circo onde *“o gladiador pode jogar e apelar para a clemência do público” (Ep. Mor. 37, 2)* e a garantia de que suas reivindicações seriam cumpridas.

Sêneca recomendava a um homem precavido, *“assim que vê começar a distribuição de presentes, se retira do teatro, pois sabe que muito terá de ceder para conseguir um pequeno favor” (Ep. Mor. 74, 7)*. Era no circo e no anfiteatro que se demonstravam desejos e protestos de toda a ordem como uma prática social (CLAVEL-LÉVÊQUE: 1986: 2478)¹¹.

Essas agitações, de acordo com Sêneca, representavam o desejo do povo pela violência, se assim não fosse, o homem não seria exposto à morte *“apenas para se servir de divertimento; já era sacrilégio treinar homens para o circo e ser feridos, agora atiramo-los para o circo nus e inertes, basta-nos a simples morte como espetáculo!” (Ep. Mor. 95, 33)*. A violência incontida gerava um medo permanente e era, por isso, que o filósofo no tratado *De Clementia* fazia a seguinte afirmação: *“Outrora, decidi-se por um parecer do senado que um sinal na roupa distinguiria os escravos dos homens livres. Em seguida, ficou evidente quanto perigo nos ameaçaria se os nossos escravos comessem a nos enumerar” (De Clem. III, XXII, 1)*.

O poder que a *multitudo* possuía em agir pela violência, a constante repressão

¹¹ Essas agitações eram tão visíveis que no Principado de Tibério, a crise de abastecimento e carestia de cereais provocou protestos por parte da plebe. Segundo Tácito, *“governando ainda os mesmos cônsules esteve para haver uma sedição por causa da escassez dos víveres; e o povo por muitos dias fez grande barulho no teatro, dizendo contra o imperador mil coisas que nunca até ali se tinha ouvido” (Anais VI, XIII)*.

realizada pelos membros da elite e a consciência de que estavam em maior número eram condimentos relevantes para que o *princeps* tratasse a *plebs* com mais tolerância. Aos olhos de Sêneca, obedecia-se freqüentemente ao que comanda com mais tolerância. “*O espírito humano é rebelde por natureza e, pelejando contra o que lhe é contrário e árduo, acompanha mais facilmente do que se deixa conduzir*” (De Clem. III, XXII, 2).

O *princeps*, na cidade de Roma, deveria voltar-se, portanto, diretamente às reivindicações da plebe, por três motivos: primeiro, era vista como uma massa inconstante e, por isso, disposta a qualquer tipo de ação, violenta ou não; segundo, como tutor da ordem pública teria que evitar qualquer desordem social ou política; e em terceiro, Roma, considerada o centro do poder Imperial, o soberano deveria, assim, manter o equilíbrio social, pois esta “*cidade terá deixado de dominar no mesmo momento em que tiver deixado de prestar obediência*” (De Clem. III, II, 2)¹².

III. CONCLUSÃO

Revelava-se no discurso senequiano o recurso do soberano em apoiar-se, tanto nas camadas elitizadas quanto nas populares. O governante precisava manter-se no poder e, para isto, deveria unir-se aos preceitos da moderação. Evitaria assim a violência protegendo os mais fracos dos mais fortes e discerniria o que tivesse ou não utilidade. Embora pudesse consultar os cidadãos, o soberano estava no centro das interações sociais, dele dependia a paz e o equilíbrio do império, assim, garantiria a preservação da ordem social e, portanto, as proteções e os direitos que ela pressupõe.

Assim sendo, a plebe não pode ser interpretada como uma massa despolitizada, ociosa e entregue aos prazeres do luxo. As manifestações ocorridas nas ruas e nos teatros representavam as exigências políticas; não era possível restringir a dinâmica social a um espaço harmonioso e tranquilo, cujas possíveis tensões dificilmente eclodiriam em conflitos declarados, no qual o príncipe e a elite manteriam o controle e o domínio público. Caberia ao soberano, segundo Sêneca, garantir os privilégios da *multitudo* por ser *in commune auxilium natus ac bonum publicum* (De Clem. II, IV, 3).

¹² Como sustentaram Guarinello e Joly, “a própria presença física do imperador garantia à plebe que esta se encontrava no centro do Império e que era parte de sua estrutura de dominação” (GUARINELLO & JOLY: 2001: 143).

BIBLIOGRAFIA

Base Documental

- SÊNECA, L. A.. *De la Clémence*. Trad. François Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- *Lettres a Lucilius*. Trad. Henri Noblot. Paris: Les Belles Lettres, 1993.
- *Dialogues*. Tome I. Trad. A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1971.
- *Dialogues*. Tome II. Trad. A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1989.
- *Dialogues*. Tome III. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- *Dialogues*. Tome IV. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1927.

Bibliografia de Época

- TÁCITO, C. *Anais*. Trad. De J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1952.

Bibliografia Contemporânea

- ALFÖLDY, G. *História social de Roma*. Lisboa: presença, 1989.
- BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: UNB, 1982.
- BRAREN, I. BRAREN, INGEBORG. *Da Clemência de Sêneca*. São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 1985.
- BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- BRUNT, P. A. La plebe romana. In: FINLEY, M. I. *Estudios sobre historia antiqua*. Madrid: Akal, 1981.
- CLAVEL-LÉVÉQUE, MONIQUE. L'espace des jeux dans le monde romain, *Aufstieg Und Niedergang Der Römischen Welt*, Berlin, Walter de Gruyter, II, 1986.
- FAVERSANI, F. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo: FFLCH/Usp, 2000 (Tese de Doutorado).
- FINLEY, M. I. *A política no mundo antigo*. São Paulo: Ed. 70, 1987.
- GONÇALVES, ANA TERESA MARQUES. *A construção da imagem Imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*. São Paulo: USP (tese de Doutorado), 2002.
- GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em Antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- GUARINELLO, N. L. & JOLY, F. D. "Ética e ambigüidade no principado de Nero". In: BENOIT, H & FUNARI, P. P. A. (ORGS.). *Ética e Política no mundo antigo*. Campinas: Unicamp, 2001.
- GAGÉ, J. *Les classes sociales dans l'empire romain*. Paris: Payot, 1964.
- KANTOROWICZ, E. H. *os dois corpos do rei: um estudo sobre teologiapolitica*

Medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OMENA, L. M. DE. *A centralização do poder nas obras De Clementia e Diui Claudii Apocolocyntosis, de Sêneca*. Campinas: Unicampo, 2002 (Dissertação de Mestrado).

— “O poder do *imperator* sob a perspectiva de Sêneca”, *ALPHA*, ano, 05, número 05, Patos de Minas, centro Universitário de Patos de Minas, 2004.

VEYNE, P. *Lê pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Seuil, 1976.

VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. São Paulo: FFLCH/Usp, 2001 (Dissertação de Mestrado).

WALLACE-HADRILL, A.. *Patronage in Ancient Society*. Londres: Routledge, 1990

RESUMO

Neste trabalho apresentarei uma análise sobre as relações de poder da *plebs* de Roma com o *imperator*, para compreender, mais particularmente, os aspectos da negociação destes agentes que são construtores do poder político Imperial. Para tanto, dividiremos o texto em duas partes: primeiro, abordaremos a concepção de poder em Sêneca e segundo, a relação estabelecida entre o *imperator* e a *plebs*.

Palavra-Chave: Plebs - Poder - *Princeps*.

ABSTRACT

This article will present an analysis about of plebs Rome power relationship whit the Imperator, to understand, more particularly, the Seneca production and, with that, emphatic the point of the negotiate about this agents who are construction of the Imperial politic power.

Key-Words: Plebs - Power - *Prince*.